

AMANHÃ É DIA DE LUTA!



BOLSONARO
NUNCA
MAIS

4/12
EM TODO
O BRASIL

Mulheres saem às ruas em resistência aos ataques do governo Bolsonaro

Mulheres saem às ruas neste sábado, 4/12, para gritar “Bolsonaro Nunca Mais”

Mulheres de todo o país vão sair às ruas neste sábado, 4/12, para protestar contra a política elitista, violenta, genocida e misógina do governo Bolsonaro. Diretoras da ADUFPB, as professoras Sandra Luna e Rita Porto, que representam o sindicato no Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, têm participado ativamente da construção do ato “Bolsonaro Nunca Mais”.

A mobilização foi definida em plenária nacional realizada no dia 23 de novembro e a convocatória é feita por mulheres das entidades que compõem a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, articulação que organizou seis manifestações ao longo do ano. A agenda parte das ações que acontecem desde 2018 com o #EleNão, movimento liderado por mulheres que reuniu milhões de pessoas nas ruas de todo o Brasil.

“A construção do 4 de dezembro é a continuação do trabalho de 2018. Essa foi uma campanha muito grande, inclusive na Marcha Mundial das Mulheres, e agora na Campanha Nacional Fora Bolsonaro”, explica a diretora de Política Educacional e Científica da ADUFPB, Rita Porto.

Na Paraíba, o movimento é composto por várias entidades representativas de mulheres, além de sindicatos e partidos políticos. “No dia 4 de dezembro, vamos às ruas dizer ‘Bolsonaro Nunca Mais’, por políticas públicas para as mulheres, por dignidade, por direitos, contra o feminicídio, o machismo e todas as formas de discriminação”, afirma Rita Porto.

ATOS NA PARAÍBA

Na Paraíba, o ato “Bolsonaro Nunca Mais” será realizado nas duas maiores cidades do Estado: João Pessoa e Campina Grande. Na capital, o protesto começa às 9h, com concentração no Lyceu Paraibano, seguindo em caminhada até o Ponto de Cem Réis e concluindo com um ato político-cultural com apresentações artís-



ticas, com intervenções, oficina de cartazes e performances. Em Campina Grande, a Praça da Bandeira será o local do ato, que iniciará também às 9h e contará com distribuição de panfletos, intervenções e apresentações culturais.

“O ataque que as mulheres têm sofrido no governo Bolsonaro é inegável”, denuncia o chamado nacional para o ato, assinado por 29 organizações. Entre elas, estão a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Movimento Negro Unificado (MNU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro).

Assinam também a convocatória os setoriais de mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB).

MANIFESTO DESTACA LUTA DAS MULHERES

Na plenária nacional do 23 de novembro, a organização do ato “Bolsos Nunca Mais” divulgou um manifesto em que destaca a luta das mulheres contra o retrocesso de direitos, que se expressou em grandes mobilizações de rua, como a **Primavera Feminista**, a luta pelo “**Aposentadoria fica, Temer sai**” e o **#EleNão**, em 2018.

“A indignação do ‘Ele Não’ esteve no Tsunami da Educação, na Marcha das Margaridas, nas lutas contra as reformas neoliberais impostas por esse governo. Fomos nós, mulheres, desde o primeiro momento a dizer ‘Fora Bolsonaro!’ e ‘Impeachment Já!’ e constituímos parte importante das diversas manifestações contra Bolsonaro, que retomaram as ruas mesmo durante a pandemia. Recuperar esse norte de indignação das brasileiras é fundamental para a derrubada desse genocida”, reforça o texto.

As organizadoras do movimento destacam que a atuação do governo Bolsonaro agravou a crise econômica e levou mais de 15 milhões de trabalhadoras e trabalhadores ao desemprego. Além disso, a destruição da política de combate à pobreza aprofundou o quadro de fome no país.

“A paralisação dos programas voltados para os povos do campo, das florestas e das águas, é mais uma demonstração de sua parceria com o agronegócio, que agrava ainda mais o cenário da insegurança alimentar, destruição da natureza e entrega da nossa soberania”, acrescenta o manifesto.

A desastrosa gestão da pandemia também trouxe danos irreparáveis para o povo brasileiro, com a perda de mais de 600 mil vidas. O manifesto reforça que foram as mulheres as primeiras a morrer e as que mais perderam emprego para cuidar das crianças, dos idosos e daqueles que adoeciam. Além disso, o discurso violento e misógino do presidente estimula a escalada da



violência contra as mulheres e faz delas o alvo preferencial dos fascistas, segundo as organizadoras do ato.

“Além desta dor, o que nos movimenta é a necessidade combater as violências ampliadas ao patamar de política pública pelo bolsonarismo, que desenvolve um projeto misógino e supremacista; que reforça as violências sociais e letais contra negros, povos originários e de comunidades do campo, das águas e das florestas; que promove a destruição da Amazônia, atacando nosso meio ambiente e os povos tradicionais”, diz o texto.

O manifesto convoca cada pessoa que se compromete com o combate à feminização da pobreza, ao racismo, à LGBTfobias e a todas as ações que agravam a situação das mulheres no Brasil a ocupar as ruas no dia 4 de dezembro. “A luta pela derrubada de Bolsonaro do poder é uma luta necessariamente ant imperialista, democrática, antirracista e feminista. É uma luta em defesa da vida das mulheres, que coloca a agenda de lutas contra a fome, a carestia, a violência, e pela saúde e pelos direitos reprodutivos das mulheres. É abrir diálogo com a maioria que tem sofrido com a fome, com a perda de seus entes queridos, com a violência e com o desemprego”, destacam as organizadoras.

DESMONTE NA EDUCAÇÃO

Pressionados para aprovar novos cursos sem garantia de qualidade, 80 avaliadores da Capes apresentam renúncia coletiva

Já chega a 80 o número de pedidos de renúncia de pesquisadoras e pesquisadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). Os anúncios foram feitos no período de apenas uma semana. A primeira debandada ocorreu no dia 24 de novembro, quando três coordenadores de Física e 18 consultores da área entregaram as funções. Na última segunda-feira (29), mais três coordenadores e 28 consultores de Matemática fizeram o mesmo. Por último, na quarta-feira, 1º de dezembro, foram 28 pesquisadores da área de Química, segundo reportagem publicada pelo site do jornal El País no Brasil.

Os profissionais alegam dificuldade de trabalhar seguindo

padrões acadêmicos e dizem que a Capes não tem atuado para defender a avaliação dos programas de pós-graduação. Afirmam também que existe uma “corrida desenfreada” para abertura de novos cursos de pós, principalmente no modelo a distância.

“Gostaríamos de poder trabalhar com previsibilidade, respeito aos melhores padrões acadêmicos, atenção às especificidades das áreas e, principalmente, um mínimo respaldo da agência. Tais condições não têm se verificado nos últimos meses”, informam, em documento publicado na segunda-feira, 29, comunicando a demissão coletiva.

De acordo com reportagem publicada no site do El País, os profissionais acusam a pre-

sidência da entidade de fazer pressão pela aprovação de novos cursos, incluindo educação a distância, o que beneficiaria especialmente o setor privado.

“Ao mesmo tempo, a Capes, presidida por Cláudia Mansani Queda de Toledo, não se esmera em destravar na Justiça uma ação que questiona os métodos de avaliar cursos já existentes. Para eles, é preciso primeiro avaliar e, com base nestes resultados, aprovar novos cursos. Para a Capes, porém, as ações não estão interligadas, o que abriu uma zona de conflitos no órgão ligado ao Ministério”, revela a reportagem. Com a pressão do órgão, os membros do comitê avaliador preferiram renunciar às posições para não assinar algo que pode criar cursos sem qualidade.

Crise também no Inep

Esta é a segunda demissão em massa em um órgão importante da Educação federal brasileira em menos de um mês. No início de novembro, cerca de 30 profissionais que atuavam na organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pediram demissão, a menos de duas semanas da realização das provas.

A Capes é uma agência de fomento à pesquisa do Ministério da Educação (MEC), que tem, entre as suas funções, a avaliação dos cursos de pós-graduação e a divulgação de informações científicas. Assim como outros da área da Educação, Ciência e Tecnologia,

a Capes tem passado por um desmonte deliberado promovido pelo governo federal. Recentemente, o órgão atrasou o pagamento de bolsas de dois programas de apoio à formação de professoras e professores, deixando mais de 60 mil sem receber o auxílio.

Em julho, um apagão no sistema deixou por mais de dez dias diversas plataformas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) inacessíveis, entre elas as Plataformas Lattes (Currículo Lattes, Diretório de Grupos de Pesquisa, Diretório de Instituições e Extrator Lattes) e Carlos Chagas.

Com informações do Andes-SN



8 D

08 DE DEZEMBRO

CONTRA A REFORMA

ADMINISTRATIVA

CONTRA PEC 32



**AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELA COMISSÃO ESPECIAL
NA PEC 32 NÃO APRESENTAM MELHORAS PARA O
FUNCIONALISMO E OS SERVIÇOS PÚBLICOS.**

PARTICIPE DE TODAS AS MOBILIZAÇÕES - DIGA NÃO À PEC-32!

80

Entidades convocam para o Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa

A próxima semana será marcada por protestos em todo o país em defesa do serviço público. Isso porque as centrais sindicais, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público convocaram para 8 de dezembro, quinta-feira, o Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa. Na data, serão realizados atos e atividades de mobilização em Brasília e nos estados brasileiros.

Aprovada na comissão especial da Câmara, a PEC 32 pode ser colocada para votação em plenário a qualquer momento. Graças à mobilização de servidoras e servidores públicos, que há 12 semanas realizam atos diários no Congresso Nacional contra a proposta, o governo está enfraquecido e enfrenta dificuldades para conseguir o número mínimo de votos para aprovar a PEC.

Um Projeto de Emenda à Constituição necessita do apoio de, ao menos, três quintos dos 513 deputados federais, ou seja, 308 dos parlamentares, em dois turnos de votação. Depois disso, ainda seguirá ao Senado, onde são necessários 49 votos, também em dois turnos. Se o texto for alterado no Senado, a proposta volta para ser apreciada novamente na Câmara dos Deputados.

Sem certeza de obter os votos necessários, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), titubeia em colocar a PEC em votação. “Nós estamos enganchados na Reforma Administrativa, porque esse assunto fica tóxico perto das eleições. O governo não se movimenta, a sociedade civil que apoia esse tema não se movimenta”, afirmou Lira, em entrevista



PRESSÃO NAS REDES

No site “Na Pressão”, você consegue ver os/as parlamentares que são favoráveis, contrários/as e indecisos/as. Em seguida, tem a opção de enviar uma mensagem para cada um/uma, por WhatsApp, e-mail e outras redes. Não deixe de contribuir!!

<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

ta à Globonews, em 23/11.

As mudanças introduzidas pela comissão especial na PEC 32 não apresentam melhoras para o funcionalismo e os serviços públicos. A quebra da estabilidade, a manutenção do artigo 37-A (considerado o coração da proposta e porta de entrada para as privatizações), a redução de jornada com redução de salário, entre outros problemas graves, continuam presentes.

Como destacou Fausto Augusto Júnior, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em entrevista ao jornal Brasil Atual (2/9/2021), “o substitutivo aprovado amplia as possibilidades de demissão dos servidores”. Ele explica que servidores estáveis que ocupam cargos

tidos como “obsoletos” poderão ser desligados.

Além disso, a proposta implementa um rito acelerado em casos de demissão por desempenho insuficiente e, também, traz regras para regulamentar o contrato temporário, reduzindo a perspectiva de realização de novos concursos. “Com a possibilidade de contratação temporária, significa que, na prática, vão ser inviabilizados muitos concursos que poderiam garantir efetivamente a estabilidade”. Para Augusto Júnior, não restam dúvidas de que permanece intacto o espírito da proposta apresentada pelo governo Bolsonaro: “terceirizar, privatizar e demitir”, com o objetivo de “reduzir o tamanho do Estado brasileiro”.

Com informações da ADUNESP

ANDES-SN realiza Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes

De segunda (6/12) a sexta-feira (10/12), o ANDES-SN realizará a Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes. Durante o período, o Sindicato Nacional e suas seções sindicais realizarão atividades para chamar a atenção da sociedade para a importância da recomposição orçamentária e financiamento adequado da educação pública.

Além das atividades locais, organizadas pelas seções sindicais, também está prevista uma programação em Brasília (DF), para toda a semana, com a presença de representantes da diretoria nacional e da base do ANDES-SN, além de outras entidades do setor da Educação. Atos culturais, debates, mesas redondas, intervenções artísticas, exibição de filmes e rodas de conversa compõem a agenda de mobilização da próxima semana, na capital federal.

“Na programação teremos atividades culturais e políticas na rodoviária do plano piloto, homenagem a Paulo Freire, debate sobre educação indígena, quilombola e do campo, roda de conversa com sindicatos da educação, movimentos sociais e movimentos de juventude, exibição de filme na Ceilândia, dentre outras ações. No dia 9, pela manhã, teremos atividades nas seções sindicais, com transmissão ao vivo. E, lembrando, toda essa programação está casada com a luta contra a famigerada PEC/32. Esperamos que toda nossa base se envolva mais ainda nessa programação e na campanha em si”, conclama Claudio Mendonça, 2º vice-presidente da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN.

A Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes integra a campanha “Defender a Educação Pública, essa



é a nossa escolha para o Brasil”, lançada pelo Sindicato Nacional, em setembro deste ano, para ampliar a luta pela recomposição orçamentária. Diversos conteúdos, como vídeos, postagens em redes sociais e outros materiais visam dialogar com a população sobre a importância da educação pública de qualidade para a transformação social.

“A campanha, lançada agora no segundo semestre, tem conseguido avançar no diálogo com a sociedade, via ações nas redes, sobre a importância das universidades públicas, dos institutos federais e dos Cefets”, destaca Mendonça, que também integra a coordenação do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes do ANDES-SN.

CORTES NO ORÇAMENTO

Os cortes orçamentários na Educação não são novidade. No entanto, atingiram um patamar que coloca em risco a existência das instituições públicas de ensino. De acordo com levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Ensino Superior, no orçamento federal, passou

de uma dotação autorizada de R\$ 42,3 bilhões, em 2016, para R\$ 29,5 bilhões, em 2021, sendo que destes, R\$ 4,5 bilhões foram contingenciados, além de o autorizado ter sido menor, por ser alvo de vetos presidenciais.

No Balanço Semestral do Orçamento Geral da União — janeiro a junho de 2021, o Inesc destaca que a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 subestimou as despesas obrigatórias constitucionalmente, como Previdência Social, para aumentar o espaço no orçamento para as emendas parlamentares, que também possuem imperatividade de gasto.

“Essa manobra, junto com as prioridades do Executivo, levou a grandes vetos e bloqueios do Presidente da República quando da sanção da Lei, além de correções posteriores no valor das despesas obrigatórias. Entre cortes e bloqueios, que somaram quase R\$ 30 bilhões, o Ministério da Saúde perdeu R\$ 2,2 bilhões e o orçamento do Ministério da Educação diminuiu em R\$ 3,9 bilhões. Apesar dos cortes, foram preservados R\$ 35,6 bilhões em emendas parlamentares”, afirma o documento.

Fonte: ANDES-SN

JOÃO PESSOA - PB

9h - Caminhada partindo do Lyceu Paraibano

9h - Ocupação político-cultural Ponto dos Cem Réis

Vamos tomar as ruas de João Pessoa!



@movmulheresp

ADUF PB FORA BOLSONARO
Seção Sindical do ANDES-SN
QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SOZ

MESMO VACINADO(A)



CONTINUE APLICANDO AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE



adufpboficial



@adufpb.sindicato



adufpb



83.9 9645-7000